



Luteranos, Batistas e Presbiterianos de Brasília durante a ditadura militar (1964-1985)

Ian Mello
Faculdades Integradas UPIS-DF
ianmelloim@gmail.com

Resumo: Este artigo procura contribuir positivamente para os conhecimentos e estudos acerca das ações e influências das igrejas protestantes durante a Ditadura Militar, no período de 1964-1985, sobretudo os Luteranos, Batistas e Presbiterianos. É de conhecimento público as participações religiosas tanto na colaboração aos militares como na resistência ao regime, movimentos de colaboração em muito motivados pela fé do ex presidente Ernesto Geisel – Geisel era Luterano de Confissão -, fé essa que motivou orações e súplicas em igrejas evangélicas de todo o Brasil. A metodologia de pesquisa baseia-se em teses acadêmicas, livro sobre as memórias protestantes, uma matéria da revista *ISTOÉ* sobre eventos relacionados à Ditadura e aos evangélicos e o relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Tem-se como objetivo ressaltar a relação entre Estado e religião, evidenciar as ações dos cristãos na vida política e lembrar que todos somos seres ativos socialmente.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Protestantismo. Evangelho Social. Progressistas e Conservadores.

Introdução

Este artigo será escrito tendo como objetivo analisar axiologicamente as ações dos protestantes durante a Ditadura Militar, entendendo os motivos que os levaram a agir como agiram, e contribuindo para os estudos acerca das ações dos mesmos no período de 1964-1985.

Analisando os Presbiterianos, Luteranos e Batistas de Brasília pretende-se evidenciar seus atos e abordar a relação da laicidade do Estado no período da Ditadura Militar, sendo marcante a participação social dos evangélicos, participação essa que contribuiu para inserção dos mesmos na sociedade, pois os mesmos eram discriminados desde a vinda do protestantismo para o Brasil por conta da religião oficial de Portugal ser o Catolicismo e esse Catolicismo ser marcante desde o período que o Brasil foi Império.

A Ditadura Militar foi um período de repressão social, torturas, supressão de direitos civis, e foi também um período de grandes mudanças na sociedade brasileira,



mudanças essas que envolveram todos os setores incluindo também os setores religiosos, tanto católicos como protestantes.

No início da década de 1960 o cenário político brasileiro estava conturbado, João Goulart não foi bem visto pela ala católica da sociedade após declarar que não seria com rosários (símbolo religioso católico) que o Brasil iria progredir, resultando em sentimento de revolta que resultou na Marcha da Família com Deus para Liberdade e em uma carta escrita pelos principais bispos do Brasil apoiando uma intervenção dos militares para retirar o então presidente do poder. É visível a participação da religião no Estado sobretudo dos católicos.

É fato que, no período mais agudo da crise, entre meados de 1963 e março de 1964, importantes capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte presenciaram as Marchas do Rosário – também conhecidas por Marchas da Família com Deus pela Liberdade – que foram organizadas por mulheres católicas pertencentes às classes médias urbanas e que se converteram em vigorosos movimentos de protesto contra o governo de João Goulart.¹

No contexto de revoluções sociais após a Segunda Guerra Mundial, a Igreja Católica busca reformular suas abordagens sociais, é nesse momento que surge a Teologia da Libertação – movimento de cunho social, focando as atenções da Igreja na vida terrena e não mais no Paraíso. Baseando-se nessa nova abordagem católica uma grande parcela dos protestantes concorda e começa a praticar esse Evangelho Social, com foco na vida terrena. Entre 1960 e 1964 os evangélicos organizam-se para trabalhar em prol dos pobres e doentes do Brasil, é nesse período que acontece a Conferência do Nordeste:

A Conferência do Nordeste viu aflorar no meio protestante os melindres institucionais, a tensão entre conservadores e progressistas e o avanço dos que redefiniam a missão da Igreja, e que estavam mais preocupados em aproximá-la da realidade brasileira. Além disso, a conferência foi espaço para que intelectuais como, por exemplo, Celso Furtado, Gilberto Freyre, Paul Singer e Juarez Rubem Brandão Lopes proferissem palestras e discutissem a situação do país em meio a teólogos e pastores evangélicos.⁴⁴ Por tudo isso, ela repercutiu durante meses no jornal O Estandarte, estendendo o debate entre aqueles que não estiveram em Recife.²

¹ CANCIAN, Renato (...) USP – Ano VII, n. 11, pp. 109, 2016.

² ALMEIDA, Adroaldo José Silva. "Pelo Senhor, marchamos": os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985), pp.36, 2016.



Era visível a participação social de uma ala protestante, porém dentro das igrejas evangélicas haviam também grupos conservadores que não só concordaram com o discurso e ações dos militares como também reprimiram os movimentos e fiéis progressistas, resultando em prisões, torturas e mortes.

Da perspectiva do Presbiterianos, o jornal *O Estandarte* propiciava aos seus leitores, membros das igrejas presbiterianas do Brasil, debates políticos acerca dos acontecimentos do Brasil, até meados de 1964 havia espaço para diferentes opiniões e pontos de vista independente de quem tivesse escrito o artigo ou comentário no jornal e da mesma forma nas reuniões nas igrejas. Esse cenário de liberdade de opinião mudou com a ascensão dos militares ao poder, pois as cúpulas e autoridades das igrejas presbiterianas eram ultraconservadores e concordavam abertamente com as atitudes dos militares. Fato marcante desse apoio aos militares foi uma carta do Supremo Concílio – cúpula de pastores presbiterianos do Brasil – impondo as novas diretrizes do jornal *O Estandarte*:

- a) Cabe à redação: receber e publicar os artigos de colaboradores que não contrariem a posição doutrinária da Igreja;
- b) Cabe à redação: através dos editoriais, dos artigos solicitados, orientar as igrejas nos problemas doutrinários-eclésiásticos e político-filosóficos, tendo sempre em vista a posição constitucional e doutrinária da Igreja;
- c) Será observada a Lei de Imprensa do país;
- d) Fica vedado ao órgão oficial fazer propaganda político-partidária, podendo dar informes à Igreja da atuação de seus homens públicos, com as cautelas devidas³

Os discursos políticos no jornal declaravam com clareza o combate ao Comunismo, uma espécie de “orgulho fundamentalista”, e ao final de todo artigo ou texto de cunho político havia a defesa da ideia de que os assuntos terrenos como a política por exemplo, contaminavam o crente em Cristo, sendo assim por mais que houvessem argumentações políticas os presbiterianos eram aconselhados a não se envolverem nas questões políticas.

Os Batistas brasileiros são descendentes dos batistas dos estados do Sul dos Estados Unidos, “No Brasil, a presença batista remonta ao final do século XIX e está intrinsecamente vinculada à ação missionária dos batistas norte-americanos, em

³ ALMEIDA, Adroaldo José Silva. "Pelo Senhor, marchamos": os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985), pp.38, 2016.



específico, à Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos. ” (ADROALDO, 2016, p. 166). Essa origem sulista auxilia na compreensão do pensamento dos batistas, especialmente das lideranças das igrejas pois foram essas lideranças que determinaram as linhas de pensamento dos membros das igrejas e foram essas mesmas lideranças que declararam apoio aos militares e inclusive organizavam orações e vigílias⁴.

De forma semelhante aos presbiterianos, os batistas também tinham um jornal como fácil meio de disseminação de informações acerca da fé cristã, inicialmente *O Jornal Baptista* apresentava apenas textos e artigos feitos pelos pastores e fiéis com o intuito favorecer os estudos e ensinamentos doutrinários batistas aos fiéis. No decorrer da década de 60 e em especial em 1963 houve no jornal um espaço para o debate político, havendo respeito e incentivo às diferenças por ambas as partes.

Importante falar da *Diretriz Evangélica*:

No início de 1963, a coluna “Diretriz Evangélica” trouxe informações sobre a iniciativa do governo de João Goulart em estabelecer relações comerciais com países do leste europeu, bem como sobre a greve dos náuticos no estado do Rio de Janeiro, aliás, criticada pelo comentarista da respectiva coluna por ter sido inoportuna, dadas as circunstâncias políticas em que se encontrava o país, às vésperas de um plebiscito que decidiria sobre o retorno ou não do regime presidencialista.

Mas seguindo a lógica religiosa também eram escritos textos ressaltando a ideia de que os olhares e atenções dos crentes devem estar focados em Cristo e na Vida Eterna⁵.

Por terem um histórico de passado de escravidão que remota dos Estados Unidos do final do século XVIII, não é de surpresa que além de promoção de cultos e súplicas aos militares, membros batistas também atuaram nos DOPS⁶ e não apenas denunciando membros das igrejas de linha progressista de pensamento. Alguns acontecimentos são impressionantes no sentido de tamanha violência e falta de amor ao próximo, além é claro de dissonância com os ensinamentos e textos bíblicos a respeito de Jesus Cristo.

Como dito anteriormente, desde os primórdios a igreja protestante esteve marginalizada na sociedade brasileira. Quando algumas lideranças católicas vão

⁴ Espécie de culto cristão muito comum no meio evangélico, geralmente passa-se noite adentro fazendo orações e louvores à Jesus Cristo.

⁵ Crença cristã de que haverá vida após a morte junto com o Pai, Filho e Espírito Santo.

⁶ DOPS eram os Departamentos de Ordem Política e Social, foram centros de torturas e mortes no período da Ditadura Militar.



abertamente de encontro com o governo militar – lembrando que haviam setores conservadores que apoiaram o regime – os protestantes veem uma oportunidade de ascensão social e suas cúpulas e lideranças passam a abertamente declarar apoio ao regime, houve um oportunismo evangélico.

Observando o cenário da Ditadura Militar pelo referencial dos Luteranos, é importante apresentar alguns fatos: a) Ernesto Geisel foi o quarto presidente da Ditadura Militar e foi Luterano de Confissão, fator religioso esse que contribuiu para a ascensão social dos evangélicos; b) assim como os outros seguimentos religiosos também havia entre os luteranos grupos e membros das igrejas que resistiram contra os governos militares e as lideranças de suas respectivas igrejas.

Comunidades luteranas fortemente influenciadas pelo papel social do evangelho⁷ partiram para o interior do Brasil com intuito de agir socialmente com os povos indígenas, como conta o trecho a seguir:

Em 1978, Lori Altmann e Roberto E. Zwetsch, jovens teólogos da IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, foram enviados pela direção da igreja para um trabalho missionário com o povo indígena **Suruí-Paíter** em Cacoal, Rondônia. O casal chegou à cidade de Cacoal em agosto e se localizou na vila de Riozinho, dez km distante da cidade e uns 15 km da aldeia Suruí do Posto Sete de Setembro. Havia uma segunda aldeia a quatro km da primeira, o Posto Indígena da Linha 14, hoje lindeira com a cidade de Espigão do Oeste, que se situou dentro da área indígena. Segundo informações de um jovem Suruí, Ibjaraga, estas aldeias correspondiam a dois grupos que viviam na floresta antes do contato com as frentes colonizadoras que invadiram seu território, tanto a frente da mineração de diamantes e cassiterita, como a frente colonizadora implantada pelo INCRA e Colonizadoras particulares, além do avanço das madeireiras em busca de madeiras nobres para exportação. Segundo estimativas da época, a população Suruí devia passar de mil pessoas. Os primeiros contatos liderados pelo sertanista Francisco Meirelles, no fim dos anos de 1960, constataram uma verdadeira catástrofe demográfica. É possível afirmar que pelo menos 80% da população morreu motivado por epidemias de gripe, sarampo e outras doenças, além de ataques de colonos.⁸

Analisando o trecho acima mostra uma nova abordagem cristã no Brasil – o indígena não era mais o centro das atenções cristãs desde o período em que o Brasil era colônia de Portugal, e ao longo do século XX e suas transformações sociais as atenções das igrejas estavam voltadas ou para a classe operária como nova classe social ou

⁷ A igreja agindo socialmente com os pobres e oprimidos independente de quem seja o ser humano.

⁸ DIAS, Zwinglio M. Memórias ecumênicas protestantes - Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência, pp. 127, 2014.



principalmente para a região nordeste do país, região mais pobre no período estudado. No fragmento do texto também é possível ver como os militares tratavam os povos nativos, sendo possível fazer uma análise sobre como os aborígenes da Amazônia são tratados até os dias de hoje.

Esse casal de luteranos fez um trabalho importantíssimo com as famílias de Rondônia, agindo junto com as lideranças locais, lutando pelos direitos das mesmas com respaldo na legislação brasileira:

Em 1973 foi promulgado o Estatuto do Índio (**lei nº 6.001, de 19/12/1973**), que desde então serviu de marco para a política indigenista integracionista do regime militar. Até hoje o movimento indígena luta para votar um novo Estatuto dos Povos Indígenas que assegure as conquistas da Constituição de 1988.⁹

No decorrer da trajetória junto às comunidades nativas Lori e Roberto atuaram em conjunto com missionários católicos, trabalhando o ecumenismo – conceito importantíssimo para a fé cristã e ampliação do número de indivíduos crentes em Cristo. Após um ano de trabalhos missionários o casal foi convidado a se retirar das terras indígenas, fator esse que mostra a insatisfação tanto da FUNAI – que na época era administrada pelos militares, militares esses que não tiveram respeito pela floresta e não pensavam nos indígenas – como do governo da época, pois esses missionários católicos e luteranos não estavam apenas ajudando no dia a dia de cada um, mas também iam aos poucos gerando senso crítico nos oprimidos. Essa expulsão repercutiu no *Correio Brasiliense*, em Brasília, vinculando a expulsão do casal às denúncias da mineração feitas dentro do Parque Aripuanã¹⁰, fato também apontado em nota pela Presidência do CIMI¹¹:

Os Bispos Dom José Gomes e Dom Tomás Balduino, escreveram que as “verdadeiras causas do afastamento” do casal “se localizam no fato de eles se terem realmente colocado ao lado dos índios Suruí e dos lavradores, que foram empurrados sobre a terra dos índios pelo latifúndio e de terem buscado soluções justas para ambos”. Mais adiante constata-se que a presença do casal “representava um entrave ao avanço da empresa capitalista, nacional e multinacional na região e uma constante denúncia contra os políticos [...] interessados na manipulação do agricultor para os objetivos eleitorais”. Encerrando a nota, de 30/10/1979, os bispos escrevem: “O CIMI solidariza-se com Roberto e Lori, bem como com a IECLB. Atingidos pela violação do

⁹ DIAS, Zwinglio M. Memórias ecumênicas protestantes - Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência, pp. 128, 2014.

¹⁰ Reserve Ambiental.

¹¹ Conselho Indigenista Missionário.



convênio e por uma perseguição injusta, e apoia a continuidade dessa excelente presença junto à comunidade Suruí e junto aos lavradores. Trata-se de uma autêntica presença cristã: libertadora e anunciadora de esperança, em meio a um povo que clama por justiça.¹²

Observando a relação entre evangélicos e Ditadura a partir de relatos, é possível ver a seguir atrocidades cometidas pelos torturadores e entre eles pastores de igrejas protestantes:

No primeiro dia foram oito horas de torturas patrocinadas por sete militares. Pau de arara, choque elétrico, cadeira do dragão¹³ e insultos, na tentativa de lhe quebrar a resistência física e moral. “Eu tinha muito medo do que ia sentir na pele, mas principalmente de não suportar e falar. Queriam que eu desse o nome de todos os meus amigos, endereços... Eu dizia: ‘Não posso fazer isso.’ Como eu poderia trazê-los para passar pelo que eu estava passando?” Foram mais de 20 dias de torturas a partir de 28 de fevereiro de 1970, nos porões do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), em São Paulo. O estudante de ciências sociais da Universidade de São Paulo (USP) Anivaldo Pereira Padilha, da Igreja Metodista do bairro da Luz, tinha 29 anos quando foi preso pelo temido órgão do Exército. Lá chegou a pensar em suicídio, com medo de trair os companheiros de igreja que comungavam de sua sede por justiça social. Mas o mineiro acredita piamente que conseguiu manter o silêncio, apesar das atrocidades que sofreu no corpo franzino, por causa da fé. A mesma crença que o manteve calado e o conduziu, depois de dez meses preso, para um exílio de 13 anos em países como Uruguai, Suíça e Estados Unidos levou vários evangélicos a colaborar com a máquina repressora da ditadura. Delatando irmãos de igreja, promovendo eventos em favor dos militares e até torturando. Os primeiros eram ecumênicos e promoviam ações sociais e os segundos eram herméticos e lutavam contra a ameaça comunista. Padilha foi um entre muitos que tombaram pelas mãos de religiosos protestantes.¹⁴

A memória do rapaz que foi arbitrariamente preso mostra através de um relato o sofrimento e a desumanidade praticados pelos agentes do governo e colaboradores da Ditadura. Complementando o estudo através dos relatos feitos à *ISTOÉ*, segue outro relato para uma melhor compreensão sobre as ações de líderes religiosos:

¹² DIAS, Zwinglio M. Memórias ecumênicas protestantes - Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência, pp. 134, 2014.

¹³ Cadeira do Dragão foi um método de tortura utilizado na Ditadura Militar. Era uma cadeira toda em ferro que era acoplada a um sistema elétrico, o torturado era colocado nu nessa cadeira e ficava exposto a uma série de choques elétricos durante várias sessões que variavam de tempo de acordo com a resistência de cada prisioneiro, de acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade na seção de protestantes torturados e falecidos.

¹⁴ CARDOSO, Rodrigo. Os evangélicos e a ditadura militar. *ISTOÉ*, 21 jan. 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/141566_OS+EVANGELICOS+E+A+DITADURA+MILITAR/>. Acesso em: 21 jan. 2019.



Nenhum religioso, porém, parece superar a obediência canina ao regime militar do pastor batista Roberto Pontuschka, capelão do Exército que à noite torturava os presos e de dia visitava celas distribuindo o “Novo Testamento”. O teólogo Leonildo Silveira Campos, que era seminarista na Igreja Presbiteriana Independente e ficou dez dias encarcerado nas dependências da Operação Bandeirante (Oban), em São Paulo, em 1969, não esquece o modus operandi de Pontuschka. “Um dia bateram na cela: ‘Quem é o seminarista que está aqui?’ ”, conta ele, 21 anos à época. “De terno e gravata, ele se apresentou como capelão e disse que trazia uma “Bíblia” para eu ler para os comunistas f.d.p. e tentar converter alguém. ” O capelão chegou a ser questionado por um encarcerado se não tinha vergonha de torturar e tentar evangelizar. Como resposta, o pastor batista afirmou, apontando para uma pistola debaixo do paletó: “Para os que desejam se converter, eu tenho a palavra de Deus. Para quem não quiser, há outras alternativas. ” Segundo o professor Maurício Nacib Pontuschka, da Pontifícia Universidade Católica (PUC), de São Paulo, seu tio, o pastor-torturador, está vivo, mas os dois não têm contato. O sobrinho também não tinha conhecimento das histórias escabrosas do parente. “É assustador. Abomino tortura, vai contra tudo o que ensino no dia a dia”, afirma. “É triste ficar sabendo que um familiar fez coisas horríveis como essa. ”¹⁵

Os pastores que tinham mais liberdade para agir socialmente eram aqueles que mais declaravam apoio e que mais contribuía com o governo, seja fazendo orações e cultos pela vida dos governantes ou como o pastor batista Roberto Pontuschka. Os membros das igrejas não tinham liberdade como os pastores, até porque era uma ditadura, mas levando em consideração que os progressistas eram denunciados para o polícia, os fiéis que colaboravam com o regime acabavam não sofrendo torturas em cadeias ou nos DOPS.

Considerações Finais

Através deste artigo é possível ver tamanha importância e necessidade de se estudar as relações entre o Estado e as religiões professadas e atuantes nos territórios, pois a laicidade é garantida em lei, mas nas vivências e práticas do dia a dia ela cai por terra. O papel das lideranças religiosas repercutia não somente nas suas respectivas igrejas, mas também nas demais igrejas do país, de forma que haviam membros de igrejas em Brasília que declaravam apoio ao regime militar por concordar com os ideais da Ditadura ou por necessidade – funcionários públicos que diziam ser a favor do governo para não perder

¹⁵ CARDOSO, Rodrigo. Os evangélicos e a ditadura militar. **ISTOÉ**, 21 jan. 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/141566_OS+EVANGELICOS+E+A+DITADURA+MILITAR/>. Acesso em: 21 jan. 2019.



apartamentos funcionais pois tinham filhos para cuidar, por exemplo. É possível ver que houveram também setores que foram contra o regime, fazendo resistência dentro e fora das igrejas, esses progressistas foram expulsos de suas congregações e tantos outros presos, torturados e desses torturados quantos não foram mortos ou tido como desaparecidos.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade: Volume II – Textos Temáticos – Texto 4 – violações de direitos humanos nas igrejas cristãs; mostra o tamanho dos crimes cometidos à seres humanos, entre esses crimes inúmeros cometidos na capital do país e muitos acobertados pelas igrejas. Mas serve também como instrumento de preservação da memória de tantos brasileiros e brasileiras que lutaram pela restauração da democracia no Brasil, seres políticos e agentes sociais que mostraram a função social do cristianismo.

Com isso, as ações das igrejas batistas, luteranas e presbiterianas de Brasília durante a Ditadura Militar (1964-1985) foram ações de colaboração com o regime mas também ações de resistência, resistência feita nos bastidores do cotidiano ou publicamente nos púlpitos das igrejas, da mesma forma que a colaboração aos militares foi feita por meio de orações e vigílias em igrejas e também com participação ativa em delações de membros que posteriormente foram presos, torturados, mortos ou desaparecidos.

Referências

ALMEIDA, Adroaldo José Silva. "Pelo Senhor, marchamos": os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985), 2016.

CARDOSO, Rodrigo. Os evangélicos e a ditadura militar. **ISTOÉ**, 21 jan. 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/141566_OS+EVANGELICOS+E+A+DITADURA+MILITAR/>. Acesso em: 21 jan. 2019.

DIAS, Zwinglio M. Memórias ecumênicas protestantes - Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência, pp. 127-134, 2014.

CANCIAN, Renato (...) USP – Ano VII, n. 11, pp. 95-116, 2016.

Relatório da CNV: Volume II – Textos Temáticos: Texto 4 - Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs. Disponível em < <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>.